



## **Moção**

### **Acesso transversal e justo a Fundos Europeus Estruturais e de Investimento**

#### **Enquadramento**

A península de Setúbal é uma região que agrega 9 concelhos: Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

A ausência de dados socioeconómicos leva a que a que península de Setúbal tenha acesso condicionado aos fundos comunitários, como ocorre com a restante Área Metropolitana de Lisboa.

A península de Setúbal está inserida numa NUT II e NUT III que contabilizam dados socioeconómicos da mesma área geográfica, ou seja, a Área Metropolitana de Lisboa.

Sendo que a esta região correspondia a uma NUTIII até à sua inserção na Área Metropolitana de Lisboa.

Contudo, os últimos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, reportando-se ao ano de 2015, indicavam que a península de Setúbal contava com um PIB por habitante de 12.519 euros, enquanto o resto da AML apresentava um PIB por habitante de 27.382 euros.

Nesse sentido, é evidente que a península tem características socioeconómicas diferentes da restante NUT II e NUTIII em que está inserida.

Ainda que seja muito relevante a análise sobre a possibilidade de a península de Setúbal ser novamente uma NUTIII, essa ação exigiria um trabalho conjunto com o Eurostat. Mas a previsível morosidade dessa iniciativa é incompatível com a urgência de uma resposta para a região.

#### **Contexto atual da península de Setúbal**

As exigências para a saúde, setor social, proteção do emprego e empresas assumem uma nova realidade em todo o continente europeu.

As necessidades da península de Setúbal não são diferentes. Mas as limitações no acesso a fundos comunitários assumem uma maior dimensão no setor económico, particularmente nos apoios ao emprego e empresas.

Com o modelo atual, apenas excecionalmente o tecido empresarial da península de Setúbal acede a fundos comunitários. Nos últimos anos esta excecionalidade ocorreu na agricultura, empresas exportadoras, entre outras linhas de apoio. Porém, tiveram uma dimensão significativamente inferior quando comparadas a outras semelhantes no resto de país.

Ou seja, mesmo os setores económicos que beneficiaram de fundos comunitários tiveram um acesso qualitativo e quantitativo mais diminuto que outras regiões do território nacional.



Os efeitos da COVID-19 na economia necessitam de uma resposta do governo e das instituições da União Europeia para manter a economia existente. Mas muito especialmente as empresas e os empregos que estas geram e mantêm.

Os efeitos negativos da pandemia COVID-19 são transversais a diferentes setores económicos em todo o país.

Este contexto exige a adaptação das políticas económicas pensadas para o país. Na definição das novas políticas económicas é fundamental tratar de forma equitativa as diferentes regiões de Portugal.

É evidente que a realidade do país anterior à COVID-19 mudou. Essa mudança reflete-se igualmente nos indicadores socioeconómicos que em outra ocasião poderiam justificar empregar mais meios de apoio à economia numa região em detrimento de outra. Intensificou-se a necessidade de a península de Setúbal aceder a todos os fundos comunitários de forma transversal e sem limitações.

É particularmente importante que este acesso seja concretizado porque as primeiras respostas das diferentes instituições europeias a esta crise são dirigidas à saúde, às empresas e ao setor social.

Se a estrutura e forma de funcionamento do Fundo de Recuperação (*Recovery Fund*) é relevante para operacionalizar um sistema solidário nos estados membros, será antagónico que essa solidariedade não abranja regiões como a península de Setúbal.

#### **Capacidade económica da península de Setúbal**

Apesar de muitos dos postos de trabalho e bens tangíveis não serem elegíveis como despesas para efeitos de quaisquer apoios a Fundos Europeus Estruturais e de Investimento a península de Setúbal desempenha um importante papel na economia portuguesa.

A península de Setúbal contribuiu nos últimos anos entre 6% a 10% das exportações portuguesas. É uma região fortemente industrializada por empresas de todas as dimensões.

Neste sentido é uma região que contribui quer para o stock líquido de capital país, quer para as exportações portuguesas. Sendo fundamental manter e melhorar o stock líquido de capital e capacidade exportadora para concretizar a retoma económica do país.

Contudo, o atual contexto afeta gravemente o tecido produtivo da península de Setúbal, uma vez que o acesso desta região a fundos comunitários é limitado. Por esse motivo também a medida do governo que realizou adiantamentos e reprogramações de fundos comunitários teve um impacto muito limitado nas empresas da península de Setúbal.

Esta medida traduziu-se num apoio à tesouraria das empresas, que foi menor no caso na península de Setúbal, porque quadro de fundos comunitários disponíveis é exíguo.

Desigualdades semelhantes a esta poderão repetir-se. As empresas desta região têm acesso limitado a adiantamentos, reprogramações e eventuais aumentos de níveis de coparticipação dos investimentos que têm em curso. Porque poucos são os investimentos elegíveis para acesso a fundos europeus face às linhas de apoio em execução.



A atual legislação e regulamentos de acesso a fundos europeus não permite a inclusão de bens em estado de uso e contratos de trabalho realizados em data anterior à candidatura para acesso à linha de apoio do fundo europeu.

Este impedimento afeta gravemente a possibilidade de manter o stock líquido de capital da península de Setúbal, uma vez que investimentos em curso (já iniciados) não são poderão ser apoiados. O risco de perder investimento em meios humanos e materiais afetará a capacidade produtiva da região

Neste sentido, é fundamental que a península de Setúbal tenha acesso transversal e sem limitações aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no imediato.

*APRESENTADA por:*

O Vereador da Câmara Municipal de Setúbal eleito pelo Partido Social Democrata



Nuno Carvalho